

## As marcas do demónio: ficção e filiação na “Teoria Francesa”

### RESUMO

Este artigo concentra-se numa série de esforços epistemológicos levados a cabo nos séculos XIX e XX, em França ou por autores francófonos, e que foram categorizados, de forma genérica, como “teoria” ou “crítica” dirigidas a objetos literários ou a conjuntos desses objetos. A ideia passa por descrever as dinâmicas de localização e deslocalização desse espaço intelectual francófono; a filiação derivada que este possui com outros blocos nacionalmente considerados (em especial, a Alemanha); e, por fim, descrever o reposicionamento desse espaço em face da revolução cultural e epistemológica das décadas de 1960 e 1970.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epistemologia. Crítica. Teoria. Pós-modernismo.

**Ricardo Namora**  
[namora.ricardo@gmail.com](mailto:namora.ricardo@gmail.com)  
Universidade de Coimbra, Coimbra,  
Portugal.

A literatura, como a crítica que a relê e, em certa medida, reconstrói, parece não conseguir furtar-se a uma dinâmica pendular (muito particular, desigual e transitória) entre o espaço de onde parte e a determinação desse espaço por oposição a espaços mais ou menos semelhantes. De muitas maneiras, o local histórico em que essa dinâmica foi mais desequilibrada acontece na transição do século XVIII para o século XIX, na Europa, e numa época em que a emergência do “Estado-Nação” e o posterior triunfo definitivo do romance instauraram uma paisagem literária radicalmente diferente da que até aí existia. Paradoxalmente, porém, se, por um lado, a literatura pareceu contentar-se em ser reconhecida como produto de um “lugar”; por outro, a crítica, aparentemente mais apta a lidar com relações de familiaridade ou vizinhança, entrou nesse mesmo século XIX como um contrapeso deliberado do nacionalismo moderno emergente. Em França, por exemplo, o romantismo (apesar de seguir em linha direta de Rousseau), é altamente influenciado pela estética da genialidade alemã e pelo “*sturm und drang*”, introduzidos no espaço francófono por Madame de Staël em 1810 com a obra *De l’Allemagne*<sup>1</sup>. Este passo é crucial para um novo entendimento do fato literário nacional, e sua consideração enquanto espaço – não apenas uma ilha isolada, mas uma ilha irmanada num arquipélago inter-relacional (uma instância prévia da conformação universal desse espaço, como “*Weltliteratur*”, por Goethe em 1827).

Apesar do seu espírito ecumênico, contudo, o livro de Staël foi lido, mais do que como uma tentativa de aproximação de duas culturas literárias geograficamente contíguas, sobretudo como um manifesto político a favor da unificação da Alemanha, escorado em noções como “espírito” ou “alma” – alavancas difusas, mas inescapáveis, da retórica de afirmação do “Estado-Nação”, tal como ele foi estabelecido a partir dos finais do século XVIII. Em certa medida, então, foi uma leitura politizada e circunstancial que ocultou um fato incontroverso: o de que a literatura (e a crítica) francesa e alemã possuíram, desde muito cedo, uma afinidade ambivalente e uma espécie de filiação rotativa baseada numa retroalimentação potencial – positiva ou antagônica. Essa retroalimentação dialogante, por seu turno, sentiu-se a vários níveis, e não foi exclusivamente confinada ao âmbito da literatura. Isto porque, em termos de uma epistemologia filosoficamente considerada, os primeiros 40 anos do século XIX colocam a França e a Alemanha numa situação dialética muito particular<sup>2</sup>. Nesse contexto, França e Alemanha posicionam-se em pólos opostos no estabelecimento e na sistematização das condições de apreensão da realidade e, por extensão, de todo o conhecimento. Assim, enquanto o naturalista Humboldt (1769-1859) e o teólogo e pedagogo Schleiermacher (1768-1834) lançavam as bases de uma epistemologia holística, universal e associativa, a França pós-Napoleônica reinventava-se restringindo as condições de instanciação da compreensão, através da filosofia positivista de Comte (1798-1857). Durante a década de 1830, então, os dois países parecem auto-colocar-se, intelectualmente, no interior de duas dinâmicas dissemelhantes: a objetividade colocada ao serviço das ciências e, depois, da história – com a sua rasura radical da metafísica e da intuição, por um lado; e, por outro, a elevação da hermenêutica a método geral da epistemologia contemporânea, de um modo resolutamente trans-disciplinar.

De muitas maneiras, o século XIX torna-se também no ponto histórico em que territórios (individualmente considerados e escorados no emergente “Estado-Nação”) procuram a sua autonomização contrastiva de vários modos e em vários contextos. Pois Comte e Schleiermacher são exemplos de que a busca de um

posicionamento intelectual concebido em termos nacionais pode ser ativado tanto pela literatura quanto pela filosofia ou a epistemologia. E, desse ponto de vista (embora a descrição seja bastante superficial), pode dizer-se que uma boa parte do aparato intelectual francês passou a assentar numa descrição objetiva de fenômenos considerados na sua dimensão sequencial, algorítmica e naturalista; tal como uma boa parte do aparato intelectual alemão, sofrendo uma poderosa influência da hermenêutica de Schleiermacher (e de conceitos como “adivinhação”, “intuição” ou “compreensão”, escorados num método progressivo de análise e comparação), propôs um entendimento universalista da localização epistemológica. Voltando a sublinhar a simplicidade superficial da descrição, talvez possa dizer-se que, nos meados do século XIX, a França “objetiva” antagonizava a Alemanha “subjativa”. E vice-versa<sup>3</sup>. Qualquer que fosse o método, contudo, parece muito notório que, em contra-movimento à expressão intelectual nacional escorada na auto-identificação entre um território, a sua cultura, as suas gentes e as suas estruturas políticas, a Europa do pós-Império Napoleônico concebe e projeta as possibilidades epistemológicas muito para lá do espaço restrito da “nação”.

Goethe, por exemplo, introduz nas letras europeias o conceito de “Weltliteratur” (nas décadas de 1820 e, sobretudo, 1830) como um módio corretivo trans-paroquial aplicável a toda a literatura – com a ressalva, claro está, de que a literatura “mundial” era sobretudo burguesa, europeia e ocidental. A ambição é então a de que cada produto local possa beneficiar de um mecanismo de inter-tradutibilidade que suspenda, pelo menos em teoria, a sua própria natureza territorial. Deste modo, defende que “[p]or outro lado, podemos julgar Shakespeare e Byron, e avaliar os seus méritos talvez melhor do que os próprios ingleses” (Strich, 1949: 349). Ou seja, em resumo, a pugna pelo acesso intelectual ao regime epistemológico do outro é (tem de ser, talvez) tanto desejável quanto possível. É calçando os sapatos de outrem que conquistamos a capacidade universal de “julgar” e “avaliar” – ações fundamentais para toda e qualquer decisão que redimensione a nossa posição epistemológica no mundo. E é justamente esta ideia de Goethe, *mais* uma noção reciclada do positivismo de Comte, *mais* uma firme classificação nacional, que vai fazer com que a França se projete para lá de si mesma e consiga, num só movimento, “julgar” uma literatura estrangeira com os mesmos exatos critérios com que estabelecia – e rastreava – a sua. Esse momento acontece em 1864 com a publicação da monumental *Histoire de la Littérature Anglaise* por Hippolyte Taine (1828-1893). Logo no prefácio, Taine estabelece a trilogia classificatória que lhe vai permitir um duplo movimento: estipular os critérios intransitivos que definem uma literatura, por um lado; e servir-se dos mesmos para se movimentar num território que, para todos os efeitos práticos, não é o seu. Desse modo, a consideração de que uma literatura depende da famosa trilogia “raça, meio ambiente e momento”, transporta a capacidade de julgar de Goethe para um patamar ainda mais refinado e plausível.

Talvez por isso, também, esta generosidade hermenêutica (e que é, igualmente, uma responsabilidade – intelectual, criativa e até política) flutua por sobre toda a segunda metade do século XIX em França, e parece em certa medida imune a fricções dialéticas com o simbolismo – e toda a sua saturação metafísica, mística e pessimista. Anatole France (1844-1924), por exemplo, inaugura no prefácio a *La Vie Littéraire*, publicado entre 1888 e 1892, um modo filtrado de crítica que aproveita, em simultâneo, parte do positivismo de Comte e uma porção generosa da hermenêutica intuitiva de Schleiermacher e da maleabilidade

identitária de Goethe, depois retocada por Taine; ao mesmo tempo, instaura, através de uma quase imperceptível punção meta-crítica, toda uma fronteira epistemológica contrária ao positivismo de Comte:

A crítica objetiva não existe, na mesma medida em que a arte objetiva não existe, e todos quantos se gabam de colocar nas suas obras tudo menos eles mesmos são tolos que se deixam enganar pela mais falaciosa das ilusões. A verdade é que nunca saímos de nós próprios. Esta é uma das nossas maiores desgraças. (...) Estamos encerrados na nossa pessoa como numa prisão perpétua. O que temos de melhor a fazer, parece-me, é reconhecer de boa vontade esta terrível condição, e admitir que estamos a falar de nós mesmos de cada vez que não temos a firmeza de estar calados. Sinceramente, o crítico deveria dizer: — Cavalheiros, vou falar de mim mesmo a propósito de Shakespeare, a propósito de Racine, ou de Pascal, ou de Goethe. Não há melhor oportunidade que esta para tal. (France, 1925, p. i)<sup>4</sup>

Esta espécie de atomismo nihilista pode ser entendido no contexto de uma reação forte, na segunda metade do século XIX, à crescente “cientificação” do conhecimento (por influência do acréscimo tecnológico e da abertura exponencial do espaço de observação biológico). Essa reação, espectral, fortemente disseminada e transversal, voltou a recentrar a interdependência mútua entre a literatura e a crítica, irmanando o impressionismo, o expressionismo e as doutrinas da “arte pela arte” cujo impacto criativo e epistemológico foi crucial para a transição entre os séculos XIX e XX. Paralelamente, porém, deslocalizou fatalmente quer o universalismo de Goethe, quer o coletivismo transferível de Taine e Germaine de Stäel, quer ainda o positivismo científico de Comte, instaurando um diálogo crítico de matriz não-científica centrado num exercício mais ou menos liberal de opiniões e juízos.

Por motivos históricos sobejamente conhecidos, a França foi menos permeável ao modernismo do que outras nações (sobretudo as ocidentais de língua inglesa) e, privada de algum modo dessa ignição criativa, a crítica francesa tornou-se menos influente do que havia sido até ao início do século XX. À contiguidade literária (e sobretudo poética) que transitou do século anterior, a crítica francesa respondeu com um movimento de refração que a atirou de novo para os braços da filosofia. E se, por um lado, neste contexto a influência de Bergson (e da sua filosofia dinâmica e processual baseada no movimento, na mudança e na evolução) é decisiva, não se torna menos crucial nem menos duradouro o impacto da poderosa filosofia de língua alemã da primeira metade dos 1900 – um fato historicamente surpreendente. Assim, a crítica francesa endivida-se, lateralmente, com Wittgenstein e o neo-positivismo do *Tractatus Logico-Philosophicus* (publicado em 1922) – uma espécie de reinvenção moderna de Comte; e com a súpula subtil que Heidegger faz entre ontologia e fenomenologia, filosofia analítica e filosofia continental e, por fim, *dasein* e não-existência. Apenas o final da Segunda Guerra Mundial, com o liberalismo que se lhe seguiu (e a conseqüente massificação da produção cultural e respetivo consumo) ofereceram à crítica francesa uma nova oportunidade para voltar a entrar no comboio. O problema é que, para todos os efeitos práticos (e por motivos tanto históricos quanto institucionais), a locomotiva da crítica mundial já não ia, por essa altura, buscar o seu carvão a Paris, mas antes a Cambridge, Baltimore ou – ironicamente, talvez – Baton Rouge.

Essa “reentrada” da crítica francesa no debate alargado do “ocidente” intelectual precisa, no entanto, de ser contextualizada e qualificada. De muitas maneiras, a categoria “pós-modernismo” pode referir-se a um conjunto mais ou menos determinado de pequenas revoluções nas artes (a sua primeira referência aparece em relação à arquitetura, no final dos anos 1940). Pode, por outro lado, referir-se a um esforço acadêmico e institucional para resgatar as humanidades dos sórdidos tentáculos da cultura de massas e do “pop”. Pode também, e por outro lado, referir-se de modo genérico à angústia sofrida pela arte (e, por extensão, pela crítica e a literatura) “high brow” ao ser subitamente, e por estipulação, torpedeada por uma nova lógica de produção e consumo cultural. Esta fricção violenta com uma nova lógica global produz correlatos importantes: desde logo, uma nova concepção de história, conhecimento e crítica; e, por outro lado, uma espécie de novo humanismo, que aspira a recentrar as preocupações intelectuais da Europa em escombros do pós-guerra numa ampla plataforma epistemológica, ao abrigo da qual o ente observador passa a ter um papel determinante. Esta circunstância produz, além disso, uma renovada “aliança” entre a França e a Alemanha, mediada pela neutra Suíça<sup>5</sup>. Mas, e por outro lado, reinstala a francofonia no centro do debate epistemológico através de uma (nada subtil) recuperação do esforço de Saussure (1857-1913) para vincular a linguagem – entendida de modo amplo enquanto instância codificada de comunicação – à epistemologia e, por extensão, à crítica e teoria literárias. Esse esforço tem como correlatos principais os trabalhos de Lévi-Strauss (1908-2009) – uma aplicação do estruturalismo à antropologia e à etnografia; e de Roland Barthes (1915-1980) – que, nas décadas de 1950 e 1960, propicia uma abertura exponencial do escopo epistemológico, ao aplicar as suas grelhas sistemáticas a coisas tão díspares como a moda e a mitologia, partindo de uma ideia totalizante de linguagem enquanto prática social.

Curiosamente, também a reação a este ímpeto estruturalista do pós-pós-guerra (e seu refinamento posterior), escorado na noção de largo espectro segundo a qual a significação é, por natureza, instável, possui uma tonalidade francófona muito reconhecível. Aliás, o pós-estruturalismo que ganhou visibilidade na cena internacional depois do Congresso “The Language of Criticism and the Sciences of Man” (que teve lugar de 18 a 21 de Outubro de 1966 na Johns Hopkins University, em Baltimore) é quase exclusivamente francófono: Jacques Derrida, Jacques Lacan, Roland Barthes, Jean Hyppolite e Paul de Man estão entre os oradores mais aguardados. A palestra de Derrida, “La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines” (lida no dia 21 de Outubro – o último do congresso – e publicada no ano seguinte, 1967, em *L’Écriture et la Différence*), é mais do que uma súplica do aperfeiçoamento do estruturalismo na sua versão “pós”, e certamente mais do que uma “vingança” diferida da Europa intelectual contra uma América crítica e académica que passeara a sua hegemonia institucional pela primeira metade do século XX: ela é, igualmente, o momento de exaustão final do modelo previamente concebido da “teoria de” ou da “crítica de”; ou, se quisermos, o momento em que o pós-modernismo encontra o pós-estruturalismo e ambos encontram o pós-humanismo e a pós-história. O momento em que, aparentemente, o pensamento racional passa a ter a definitiva auto-consciência da instabilidade constitutiva de todos os seus mecanismos práticos e conceptuais: a linguagem, a comunicação, a apreensão, a epistemologia, a condição hermenêutica e, enfim, a faculdade crítica.

O grande problema, talvez, é que este massivo impulso desconstrucionista parece ter deixado a “crítica” numa espécie de limbo pós-paradigmático. Contaminada por uma precariedade conceptual irrevogável, o trabalho hermenêutico e intelectual sobre objetos (ou conjuntos de objetos), que durante bastaste tempo havia sido denotado pelas expressões “teoria literária” ou “crítica literária”, pareceu ser engolido pela lógica massificada do inter-cruzamento disciplinar e da porosidade especulativa elevada à expressão máxima. Daí que, a partir sobretudo dos anos 1970, atividades ou disciplinas anteriormente dirigidas aos tais conjuntos de objetos tenham sido agrupadas sob o “guarda-chuva” mitológico que Jonathan Culler descreveu como “theory”. O ponto que está subjacente a esta macro-descrição é, claramente, o de que necessitamos de criar uma ficção de cada vez que lidamos com desafios epistemológicos. Se, por um lado, durante grande parte do século XIX, se partiu da ficção segundo a qual as literaturas nacionais eram construções intelectuais determinadas, a transição para o século XX veio demonstrar (através de outra ficção, a de que descrições sobre literatura eram imunes a considerações valorativas) que havia algo a ganhar em considerar-se possível isolar, ao nível meta-teórico, expressões como “teoria da literatura” ou “crítica literária”. Depois, na fase do pós-guerra, do pós-modernismo, do pós-estruturalismo e da pós-história, criou-se a ficção segundo a qual a metodologia humanista devia transitar no sentido de uma plataforma social, global e holista. A grande questão, contudo, é supor-se que, para lidar com tarefas epistemológicas, existem ficções que são universalmente úteis e outras que são (também universalmente) inúteis. A criação maior da era do “pós” talvez seja, desse modo, a insistência nauseante de que a época da crítica se baseou numa “ficção inútil” e, conseqüentemente, que a época da “theory” instaurou triunfalmente a única “ficção útil” possível (porque ativada através de uma agenda de permeabilidades naturais e desejáveis): uma demonização radical, que desconsidera o facto de que, tanto a crítica como a teoria, se movimentaram sempre em permanente interlocução com a realidade – como testemunha o excurso histórico que se descreveu acima.

A imersão da cultura “high brow” num caldo dissolvente é, assim, potenciada por uma redefinição das condições do conhecimento e da apreensão. E isto envolve, por extensão, a requalificação do papel social da epistemologia e, talvez mais importante, a própria determinação de largo curso da relação afetiva instaurada pela arte:

(...) o encontro com a obra de arte nada tem do amor à primeira vista que se vê normalmente e que o acto da fusão afectiva, da *Einfühlung*, que confere o prazer do amor à arte, pressupõe um acto de conhecimento, uma operação de decifração, de descodificação, que implica o investimento de um património cognitivo, de uma competência cultural. Esta teoria tipicamente intelectualista da percepção artística contradiz muito directamente a experiência dos apreciadores mais conformes à definição legítima (...) (Bourdieu, 2010, p. 45)<sup>6</sup>

Este argumento cauciona uma outra ficção “pós” considerada “útil”: a de que todos os problemas conceptuais e sociais acerca da arte se resolveriam com base numa extrapolação das condições de acessibilidade (a injunção é a de que a arte anterior ao período “pós-moderno” estava inquinada por um sentimento de “clube de campo” que lhe pré-determinaria as condições de existência). É curioso, no

entanto, que esta distinção reavive dicotomias antecedentes que haviam estado no cerne do debate epistemológico durante muito tempo. Igualmente curioso é o facto de este argumento atentar contra uma das ficções mais prosaicas – e, talvez por isso, mais eficazes – de que se serviram a teoria e a crítica durante a sua vigência enquanto locomotivas do conhecimento humanista: a consideração de senso comum segundo a qual há problemas que só se constituem enquanto tal quando são instanciados em certos sítios e em contextos específicos. Evidentemente que, na cosmogonia de um crítico social pós-moderno como Bourdieu, a indistinção entre “juízo” e “consumo” é instrumental e, em grande medida, usada como garante do argumento geral.

O movimento é reconhecível, e crucial para o entendimento da cultura na era do “pós”. Consiste, em linhas gerais, em acomodar um trânsito disciplinar renovado que, de muitas maneiras, desaloja a filosofia e a epistemologia, substituindo-as por um conjunto de disciplinas de feição mais empírica, estatística, ou ambas. Mais uma vez, a ilusão é a de que certas ficções do “pré” são permutadas com aquilo para que o “pós” nasceu e se estabeleceu: um vínculo inalienável com a realidade. O problema, contudo, é o de que produzir uma diferença de escala nem sempre se traduz numa diferença intelectual e crítica substantiva. Apesar disto, Bourdieu parece cautelosamente consciente de que certos problemas são transversais a um ponto em que se tornam insolúveis, mesmo que o “pós” sobre eles coloque todas as suas melhores intenções. O movimento é típico – alargar o escopo para depois repartir o campo e, com isso, re-determinar as condições do debate epistemológico:

Assim, a disposição estética é uma dimensão de uma relação distante e segura com o mundo e com os outros, o que implica a segurança e a distância objectivas: uma manifestação do sistema de disposições produzido pelos condicionamentos sociais associados a uma classe particular de condições de existência (...) Mas é também uma *expressão distintiva* de uma posição privilegiada no espaço social, cujo valor distintivo se determina *objectivamente* (...) Como em qualquer espécie de gosto, ela une e separa (...) (Bourdieu, 2010, p. 113-114; itálicos no original)

A estética, ou a ideia de preferência comparativa que dela deriva contribui, então, para uma espécie de paralisação epistemológica *a priori*, condensada em duas condições que foram tão deploradas pelos adversários da crítica e da teoria literárias a partir dos anos 1960: a criação de uma distância artificial para com o objeto de estudo; e uma tentativa (à partida gorada) de atingir a objetividade interpretativa e, por extensão, uma circunscrição reconhecível, tanto do campo como do escopo metodológico. O saber “como prosseguir” (de Wittgenstein) – percebe-se afinal – é sempre condicionado, seja por uma coisa ou por outra. Mais uma vez, o que é particularmente pernicioso é presumir-se que certas ficções são mais úteis do que outras de forma necessária, antecipada e por estipulação. E, por isso também, devemos talvez perguntar-nos se a metamorfose de “crítica literária” e “teoria da literatura” em “theory” supôs mesmo uma substituição de demónios por anjos ou se, no fim de contas, apenas outros anjos (de feição diferente) caíram do céu para tomar conta da paisagem.

A questão fundamental talvez seja, então, descrever com exatidão o demónio. Parece evidente que, em termos históricos, sociais e institucionais, o pós-modernismo se achou numa posição privilegiada para diabolizar a literatura

“high brow”, juntamente com a crítica e a teoria que se cristalizaram ao seu redor. A partir dos anos 1970, contudo, a diluição do próprio conceito de “teoria” – que passou a denotar todo e qualquer esforço epistemológico relacionado com a cultura – deixou a gnoseologia contemporânea sem pontos de referência discerníveis, uma vez que, de certa maneira, aquele substantivo feminino era qualificado pelo que se lhe seguia. Assim, a “teoria da literatura” (como a “crítica literária” que com ela se confunde), embora escassamente definida, teve sempre por objeto um conjunto de artefactos socialmente reconhecidos como “literatura”. Embora o seu *modus operandi* fosse predominantemente teórico (ou meta-teórico, ou especulativo), e a resistência à incorporação de novos pontos de vista metodológicos tenha sido uma das suas mais vigorosas premissas, a “teoria” (e os seus correlatos) não deve ser vista como uma categoria intransitiva. Nem, por outro lado, deve ser visto como antagónico o acréscimo empírico, estatístico, multimodal e transdisciplinar que se procurou acomodar à mesa do debate epistemológico *apesar* da existência de uma coisa chamada “teoria da literatura”. Se acreditarmos em Antoine Compagnon (o “caçador de demónios” por excelência), existem três fases pós-modernas de instanciação dessa disciplina em França<sup>7</sup>: um primeiro momento, que corresponderia vagamente à década de 1960, e no qual a “teoria” francesa se teria autonomizado (da teoria anglófona), sobretudo por influência da “nouvelle critique”<sup>8</sup>; um momento posterior, vagamente correspondente aos anos 1970, no qual a “teoria” recuperou um fulgor institucional inusitado e se estabeleceu definitivamente na academia; e, por fim, um período (década de 1980) em que a “teoria” recém-instalada no panteão intelectual sofre um processo de erosão aparentemente irreversível, entrando numa fase moderna de declínio que a desaloja do estatuto hegemónico adquirido anteriormente.

De acordo com Compagnon, a “crise” a que corresponde o lapso de tempo que medeia entre o terceiro e último período mencionado, e a atualidade, deve-se a dois motivos principais, que retroagem mutuamente: primeiro, e desde logo, aquilo a que chama “monstro coriáceo” (Compagnon, 1998: 277-278) – um conjunto de paradoxos graníticos, estabelecidos nos anos 1960 pela “nouvelle critique”, e que, impelidos pela aniquilação do autor e pela cesura radical entre literatura e realidade, contribuíram para isolar a “crítica literária” em termos sociais, académicos e epistemológicos<sup>9</sup>; e, depois, aquilo que considera ser a falta de consciência crítica moderna ou, numa palavra, o modo como o “anything goes” que tudo dilui e mistura (em termos metodológicos, conceptuais e disciplinares) inibe o uso liberalizado de um juízo crítico transversal que, de alguma forma, pudesse reordenar o espaço do real e, por extensão, o espaço da literatura. A panaceia de Compagnon passa, então, por recuperar a antiga (e estreita) ligação entre a literatura ela-mesma, a crítica literária, a faculdade de exercício do juízo de que se falou acima, e a história literária – ligação essa que havia sido torpedeada até à exaustão pelo menos desde o início dos anos 1960. Esta síntese deveria, idealmente, ser tutelada pela “teoria” – desde que esta resgatasse a sua relevância prática, por um lado; e, por outro, incorporasse na sua dinâmica investigativa formas particulares de senso comum que a viesse a tornar mais permeável à realidade. O que quer dizer, claro está, que a nova “theory”, apesar dos seus generosos auspícios, não conseguiu evitar a solidão e o encastelamento de que acusava a vetusta e anquilosada “teoria da literatura”.

## The strains of the devil: fiction and affiliation in “French Theory”

### ABSTRACT

This article focuses on a series of epistemological efforts carried out in the 19th and 20th centuries, in France or by Francophone authors, which have been broadly categorized as “theory” or “criticism” directed at literary objects or collections thereof. The aim is to describe the dynamics of localization and delocalization within this Francophone intellectual space; the derivative affiliation it shares with other nationally considered blocs (especially Germany); and, finally, to outline the repositioning of this space in the face of the cultural and epistemological revolution of the 1960s and 1970s.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemology. Criticism. Theory. Postmodernism.

## NOTAS

1 - A obra, considerada “anti-francesa”, fragilizou a já precária situação social de Germaine de Stäel. Dez mil exemplares do livro foram apreendidas pelas autoridades, e o próprio Ministro da Polícia de Napoleão, Savary, escreveu pessoalmente uma acintosa carta à autora, instando-a explicitamente ao auto-exílio (que veio a acontecer pouco depois, em 1812).

2 - A leste do Reno, o movimento de compartimentação disciplinar (com ênfase na história) iniciado por Droysen teve algumas ressonâncias importantes mas, em rigor, o seu impacto foi parcialmente diluído pela imediatamente anterior conversão súbita do debate epistemológico ao universalismo e às condições meta-teóricas do conhecimento. Johann Gustav Droysen (1808-1884) foi, sobretudo, um historiador da Antiguidade, tradutor de Ésquilo e autor de uma obra de referência sobre a vida de Alexandre, o Grande. A partir de 1840 (quando foi colocado na Universidade de Kiel), desenvolveu uma notória atividade política, tendo usado o seu vasto conhecimento histórico para rechaçar metodicamente as pretensões da Dinamarca sobre o estado de Schleswig-Holstein.

3 - O *Curso de Filosofia Positiva*, de Auguste Comte, foi publicado entre 1830 e 1842. A primeira edição da *Hermenêutica*, de Friedrich Schleiermacher, foi publicada em 1838 pelo seu antigo aluno e discípulo Friedrich Lücke, a partir de notas de ambos (Schleiermacher iniciou o seu curso sobre hermenêutica em 1805, enquanto ensinava na Universidade de Halle).

4 - Anatole France (pseudónimo de François-Anatole Thibault) escreve no interessante período de consolidação da crítica literária especializada. A partir dos meados do século XIX, esse movimento (bastante proeminente em Inglaterra, sobretudo por influência de Matthew Arnold e Walter Pater) foi determinante para a conformação moderna da “crítica literária”, acompanhando a revolução tipográfica e editorial do século XIX e desacelerando definitivamente a posição dominante dos poetas como “fazedores de gosto” – que havia sido crucial, por exemplo, para o romantismo. *La Vie Littéraire* é um fulgurante exercício de crítica e opinião. Publicado em cinco volumes, entre 1888 e 1892, é um testemunho de contemporaneidade decisivo para a auto-imagem literária da França finissecular. Contém 176 ensaios curtos sobre temas literários, sociais e políticos, resumindo trinta anos de cultura francesa. O excerto referido faz parte do “Prefácio” ao Volume I, dedicado a Adrien Hébrard, senador e diretor do influente periódico *Le Temps*, para o qual France trabalhou assiduamente (o excerto foi traduzido por mim para comodidade do leitor). Anteriormente, porém, a França já tinha tido um crítico maior não-alinhado com a crescente cientifização do estudo da literatura, Charles-Agustin Sainte-Beuve (1804-1869), pioneiro na abordagem histórica e biográfica à obra de arte literária, cuja influência foi crucial para a situação da “crítica” francesa no século XIX, e que antecedeu debates importantes para a “teoria da literatura” do século XX (especialmente o que levou à querela entre “intencionalistas” e “anti-intencionalistas”).

5 - A influência da fenomenologia no pensamento pós-moderno francês é crucial para um entendimento das décadas de 1950 e 1960 em França. O estabelecimento desta corrente dá-se sobretudo no período entre as duas guerras, por influência de Edmund Husserl (1859-1938) e da sua extensa produção textual nas primeiras três décadas do século XX; e de Martin Heidegger (1889-1976) que, com a sua obra de referência *Sein und Zeit*, publicada em 1927, estabelece o

conceito de “dasein” enquanto experiência tipicamente humana de relação com os fenômenos (esta noção vai ser recuperada e reinterpretada no pós-guerra, nutrindo de modo especialmente auto-evidente o existencialismo de Jean-Paul Sartre e de Maurice Merleau-Ponty, entre outros). A fenomenologia produz efeitos importantes (embora comparativamente desiguais) na teoria e na crítica literárias, ao propor uma singularidade radical do “sujeito” no contexto da interpretação. A sua tradução na atividade da “Escola de Genève” nos anos 1940 e 1950 – por influência de autores como Starobinski, Georges Poulet ou Jean Pierre Richard – contribui para reposicionar a velha aliança intelectual entre os universos francófono e germanófono.

6 - Pierre Bourdieu, *A Distinção – Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo* (publicado originalmente com o título *La Distinction*, em 1979). Lisboa: Edições 70, 2010 (tradução de Pedro Elói Duarte). Trata-se de uma obra típica, e ao mesmo tempo, singular, do período áureo da “theory”, na qual o autor aplica uma grelha sociológica em larga escala para argumentar a favor da democratização do ensino e da educação e da “des-elitização” da arte moderna, escorada numa renovada noção de “juízo”.

7 - Em *Le Démon de la Théorie*, publicado em 1998.

8 - Movimento proeminente na França dessa década, e que foi iniciado com a publicação do ensaio *Sur Racine* (em 1963, por Roland Barthes). O movimento pretendia reformular as bases analíticas e epistemológicas do estudo da literatura – reféns da historiografia inaugurada no século XIX por influência de Comte e Taine –, produzindo um corte radical com mecanismos conceptuais (como a “intenção do autor” ou o “tempo da história”) usados até aí. A influência do estruturalismo sobre esta corrente (da qual fizeram parte, entre outros, Serge Dubrovsky, Jean-Pierre Richard e Jean Starobinski) é muito evidente.

9 - É curioso (embora talvez expectável) que, neste ponto, Compagnon substitua a metáfora dos demónios pela mais auto-evidente metáfora dos “monstros”.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo**. Lisboa: Edições 70, 2010 (tradução de Pedro Elói Duarte a partir do original de 1979; introdução de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo).

COMPAGNON, Antoine. **Le Démon de la Théorie**. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

FRANCE, Anatole. **La Vie Littéraire** (Vol. I, pág. i-ix). Paris: Calmann-Lévi, 1925.

STRICH, Fritz. **Goethe and World Literature** ("Appendix", pág. 349-351). London: Routledge and Kegan Paul, 1949.

**Recebido:** 09 maio. 2024

**Aprovado:** 10 dez. 2024

**DOI:** 10.3895/rl.v26n49.18544

**Como citar:** NAMORA, R. As marcas do demônio: ficção e filiação na Teoria Francesa. *R. Letras*, Curitiba, v. 26, n. 49, p. 35-47, jul./dez. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

**Direito autor:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

